

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI—Número 1.706

Quarta-feira, 18 de Junho de 1924

PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada do Combro, 38-A, 2.ª Lisboa—PORTUGAL

TELEFONE—5339-C

Officina de Impressão—rua da Atalaya, 114 e 115

O sr. Joaquim Ribeiro, decretou numa semana dois aumentos de pão. Bateu o recorde da cumplidade com a Moagem.

## QUEM NÃO DEVE, NÃO TEME!

Ontem no parlamento, a maioria, os democráticos, não permitiram que um senador interrogasse o ministro do Interior sobre o motivo porque se apreende sistematicamente A BATALHA, principalmente quando aprecia o crime dos Olivais. Se o que A BATALHA afirma não é a expressão da verdade, que a desmintam. Se o governo não tem culpas, não deve temer as nossas palavras.

## QUEM NÃO DEVE, NÃO TEME!

Em face das perseguições acintosas que A BATALHA, por revelar a verdade, vem sofrendo diariamente só há duas atitudes a tomar:

## Pela BATALHA contra o crime—ou pelo crime contra A BATALHA

As perseguições contra A Batalha têm tido apenas um condão: confirmar plenamente a verdade das acusações que temos feito contra a Moagem, contra os banqueiros, contra a Lavoura e contra os ministros que estão envolvidos em vários negócios escandalosos que tanto têm contribuído para a miséria do povo e ruína do país.

Há da parte do governo o propósito sistemático de impedir que A Batalha tome contacto com o público. Um assunto existe sobre o qual não querem as autoridades nem o governo, principalmente o ministro do Interior, que se faça luz. E' o caso dos Olivais. Tam segredo estão todos de que, independentemente de princípios ideológicos, não haverá uma única pessoa que não se revolte contra esse crime, que, quando mais largamente o tratamos, apreendem A Batalha, agredem os leitores, reações do que a verdade se revela.

Mas a verdade há de saber-se—a verdade resplandecerá!

Porque motivo não pode A Batalha tratar do crime dos Olivais? Que razões alega o governo? Que nós montamos? Então provem que estamos em erro!

Acobarda-se o governo ante as responsabilidades tremendas que assumiu, sancionando o homicínio bárbaro. O sr. Sá Cardoso, ministro do Interior, tem medo da nossa voz, porque sabe que nós só dizemos a verdade. O sr. Sá Cardoso receia também que nós publiquemos o muito que sabemos da sua acção pouco decente dentro de certa empresa industrial que explora desumanamente os operários, rouba o Estado e chega a falsificar assinaturas!

\*\*\*

Ontem no Senado o dr. sr. Ribeiro de Melo pediu a palavra para, antes da ordem do dia, interpellar o ministro do Interior sobre as acintosas perseguições a A Batalha, e, principalmente, sobre a apreensão efectuada no domingo passado ao número que publicava a reconstrução do crime dos Olivais. Pedia também aquele senador a presença do sr. Sá Cardoso, visto o assunto prender-se directamente com o ministro do Interior.

A atitude do dr. Ribeiro de Melo causou certa atrainhação na maioria. Mecheram-se os cordelinhos parlamentares para impedir, por todas as formas, que o as-

sunto fosse ventilado. O dr. Artur Costa, da maioria, requereu urgência para tratar da questão do jogo na Guarda e esteve falando até se esgotar o tempo de antes da ordem do dia. Havia o propósito infame de impedir que a questão da apreensão de A Batalha fosse ontem tratada. Quando o senador Artur Costa acabou de falar, o presidente declarou inocentemente que se ia entrar na ordem do dia. Ficava, portanto, o dr. Ribeiro de Melo impedido de falar. Este, porém, formulou o seu protesto e requereu urgência. A Câmara foi consultada. Mandava a lealdade que lhe fosse concedida a palavra.

Todos os lados da Câmara apoiam a urgência, excepto a maioria, excepto os democráticos, a extrema esquerda...

Esta atitude da maioria provoca protestos justos e enérgicos, havendo grande celeuma durante mais de dez minutos. Distinguem-se nos protestos os srs. Procópio de Freitas, Joaquim Crisóstomo e Ribeiro de Melo.

O dr. Joaquim Crisóstomo, indignado, requere a contra-prova. O resultado foi o mesmo: os democráticos conservam-se na mesma atitude.

Irritado com a cobardia dos democráticos, Ribeiro de Melo, requereu a votação nominal.

O presidente, fazendo descaradamente o jogo da maioria, recusou-se a aceitar o requerimento, alegando que depois da contra-prova, o regimento não permitia a votação nominal.

O sr. Procópio de Freitas, gritou colérico:

—Admiro-me que a maioria rejeite a urgência para este caso tão grave. Se a votassem só dignificariam a república e a própria policia!

O dr. João Crisóstomo:

—E' preciso que se faça luz sobre o caso dos Olivais. E' uma arbitrariedade a maioria não consentir na sua discussão, porque se não houve crime deviam aplaudir o dr. Ribeiro de Melo. Quem não deve não teme!

No meio da confusão o sr. Ribeiro de Melo, grita, revoltado:

—E' este o partido democrático, o que se diz es-

querdistal! Onde está a extrema esquerda? Radicais! —Mussolini, a pesar de ditador, pediu a sua demissão porque os seus partidários assassinaram um deputado

socialista. Como podem os senhores intitular-se defensores do povo e da justiça? Requeri a votação nominal para saber quem são os indivíduos que não querem que se faça luz sobre o assunto!

Um pormenor importante que convém arquivar. Os senadores que manearam a opinião da maioria foram os srs. Artur Costa, Pereira Osório e Júlio Ribeiro, director do jornal A Montanha do Porto. Este último, sendo director dum jornal empregou esta frase, dirigindo-se ao dr. Ribeiro de Melo:

—Vossê defende o jornal dos assassinos?

Gostávamos que este cavalheiro provasse que A Batalha é um jornal de assassinos. Jornais de assassinos são aqueles que aprovaram, pedindo «bis», os crimes praticados pela policia nos Olivais!

O dr. Ribeiro de Melo prometeu em plena Câmara, não largar o assunto de mão enquanto não for esclarecido.

Neste momento só há duas atitudes a tomar: apoiar o governo, solidarizando-se com o crime da policia e com as perseguições acintosas a Batalha, à liberdade de critica honesta, ou apoiar A Batalha no ponto que se refere à exigência que ela faz enérgicamente de lhe ser garantida a liberdade de opinião e de ser esclarecido o crime dos Olivais.

Ou se é pela Batalha contra o crime ou pelo crime contra A Batalha!

\*\*\*

Acentua-se dia para dia o movimento de opinião contra a acintosa perseguição a A Batalha. E' uma expositiva simpatia que vem até nós de todas as criaturas que acima de todos os princípios, põem o amor à verdade.

A Batalha que tem recebido inúmeras provas de solidariedade moral, que não tem querido trazer a público para que não julgassem que o faria por especulação, vai começar a publicar os nomes de todas as pessoas e de todas as corporações que lhe deem o seu apoio moral.

Há escândalos formidáveis a expor ao público!

Em alguns desses escândalos estão envolvidos nomes de ministros e outros políticos de nomeada!

Há o crime dos Olivais que não pode quedar no ol-

vido! Há o princípio sagrado de liberdade de opinião que é preciso respeitar!

A Batalha precisa de tratar desses assuntos de interesse para o povo. A Batalha tem de escalpelizar todos os roubos da Moagem, todos os crimes dos financeiros, todas as cumplidades dos governos. E o governo não tem o direito de amordar um jornal limpo, sério, revestido duma autoridade moral que deixa a perda de vista a honestidade de muitos ministros. O reu não pode perseguir o árbitro da opinião pública. O ladrão não pode perseguir o roubado.

O proletariado tem-se manifestado a favor de A Batalha em sessões e reuniões públicas. E' preciso, porém, que essas manifestações sejam mais frequentes e mais visíveis para que o governo compreenda que A Batalha não exterioriza apenas a opinião dos seus redactores mas a duma legião imensa de trabalhadores manuais e intelectuais que por todo o país moureja e sofre!

## A Confederação Geral do Trabalho dirige-se ao proletariado

Em reunião efectuada ontem, o Comité Confederal ocupou-se da situação de «A Batalha» à face da apreensão constante que o governo vem ordenando, concluindo por reconhecer que esta atitude governamental para com o único jornal que lealmente vem defendendo os interesses dos trabalhadores, e que é porta-voz da organização operária, merece uma resposta condigna da mesma organização.

O Comité Confederal, tendo ainda em vista que o que se pretende é estrangular a voz da razão, entende que uma voz mais potente se deve erguer: a do proletariado de todo o país num protesto enérgico contra mais esta infame arbitrariedade.

Assim, convida toda a Organização a prevenir-se para secundar com a devida prontidão qualquer movimento contra a apreensão do jornal, movimento que demonstre claramente que o proletariado está com o seu jornal devendo este ser iniciado desde hoje, por sessões de protesto em todos os Sindicatos, nos lugares de trabalho ou na praça pública.

Lisboa, 17 de Junho de 1924.

O COMITÉ CONFEDERAL

## Dois roubos numa semana!

E' assim que devem classificar-se os dois aumentos do preço do pão que o sr. ministro da agricultura decretou a favor da Moagem

Temos aqui manifestado exuberantemente o que o actual governo tem sido um cúmplice manifesto das forças vivas, permitindo com essa atitude todos os roubos de que têm sido vítimas todos os trabalhadores.

Não se passa um dia em a população não seja prejudicada com a acção detestável deste governo ignóbil. Os interesses das forças vivas são acarinados por este governo, essencialmente anti-povo.

A ruína, a miséria e a morte do povo que trabalha, assentaram os seus alicerces no Terreiro do Paço. E' de ali que formam o seu assalto sobre o país, por meio de decretos insertos no Diário do Governo.

O ministério, já aqui o dissemos e voltamos a repeti-lo, é composto por viaturas que ou pertencem às forças vivas ou recebem belos e principescos ordenados das chorudas e parasitárias emendas que elas lhes oferecem.

O sr. Alvaro de Castro é director dum Banco—dêses Bancos que especulam com cambiais e contribuem para o agravamento do cambio e, consequentemente, para o agravamento da carestia da vida.

O sr. Sá Cardoso é director de algumas Comissões, entre ellas, a Comissão de Cal e Cimento, que explora a mineração duma maneira odiosa. O sr. Américo Oliveira, ministro da Guerra, é administrador da fábrica Vulcano e segundo afirma um dos aviadores, guerrou a aviação por esta ter instalado oficinas que prejudicam a firma industrial que pertence.

Por último o sr. Joaquim Ribeiro, ministro da agricultura, é um grande ladrão que tem protegido duma maneira escandalosa os seus interesses e os das grandes lavradores como elle. Este ministro fez concessões escandalosas a favor de lavradores que é a Federação dos Sindicatos Agrícolas, da qual faz parte na sua qualidade de vicepresidente da Federação dos Sindicatos Agrícolas bem conhecido da população pela maneira escandalosa como em favor de uma Moagem brindando a decretos que lhe permitem roubar uma maneira escandalosa os consumidores.

Os ministros na sua vigorosa ofensiva aos trabalhadores, costumam reverter. Ora é o sr. Sá Cardoso que manda vender, ora o sr. Alvaro de Castro fazendo subir o custo da vida com incessantes aumentos de impostos, ora...

Agora, chegou a vez ao sr. Joaquim Ribeiro. Como de costume, o ministro da Agricultura, quando toca no pão, para-se para o roubar aos consumi-

dores e entregá-lo à Moagem, transformando em fabulosos lucros.

O roubo que desta vez o sr. Joaquim Ribeiro premedita para favorecer a Moagem é escandalosíssimo. A história desse roubo que é curta, prova a veracidade do sr. Joaquim Ribeiro e demonstra a facilidade com que elle accede aos imorais e vergonhosos pedidos da Moagem.

Foi há dias publicada uma portaria elevando para 2880 o quilo de pão de 1.ª qualidade. A portaria não chegou a ser posta em execução, pois outra lhe sucedeu, que a pesar de estar feita mais nos gabinetes onde se fazem extranhos e imorais conciliações, já devia de ter entrado ontem em execução. Essa portaria representava uma nova negociação para a Moagem. O sr. Joaquim Ribeiro, com a cínica garantia da sua extranha impunidade, fazia um novo aumento de preço no pão. Cada quilo de 1.ª qualidade passava a custar 3820.

Querem maior e mais completa prova de acção aos interesses da Moagem, de cumplidade com este monstruoso potentado?

Porque razão o sr. Joaquim Ribeiro publica uma portaria elevando o preço do pão para 2880? Para meter os coques da Moagem lucros formidáveis—é a única resposta que este novo e inopinado agravo aos interesses dos consumidores pode ter. E qual o motivo porque, alguns dias passados, o mesmo homem fazia nova portaria, pondo a vigorar e com carácter quasi immediato da portaria, um novo aumento que elevava o preço do pão para 3820 o quilo.

E' escusado perder tempo, fazer frases para denunciar estes dois enormes e criminosos roubos. Digam-se as coisas sem rodeios, nem adjectivos subis. O papel do sr. ministro da agricultura consiste em roubar o povo para dar à Moagem.

Numa semana fizeram-se nada menos de dois e temerosos assaltos aos consumidores. A cumplidade do ministro resalta evidente destas suas atitudes. O jogo pôz-se facilmente a descoberto.

A Moagem pede ao ministro que aumente o preço do pão. O ministro, fiel servidor do potentado moageiro, fez-lhe submissamente, a vontade. Porém, o ministro não sabe que a Moagem tem em fraca conta a dignidade dum politico. E, por isso, fica muito surpreendido quando ella enfia pelo seu gabinete, caracanda, exteriorizando o seu descontentamento.

O sr. Joaquim Ribeiro ergue aos céus os braços, cheio de espanto. Pois a Moagem, pede-lhe que aumente o au-

mento e no fim em vez de manifestações de regozijo, evidentes e positivos sintomas de descontentamento.

Não se fizesse de novas o Ministro. A Moagem queria um aumento mais importante, uns lucros ainda mais fabulosos. O sr. Joaquim Ribeiro ainda fez, por forma, algumas objecções. Mas, acabou por se render. E, eis a razão porque novo aumento se fez, na mesma semana, no preço do pão. Este pulou de 2880 para 3820.

Chegou-se ao auge do escândalo e do roubo. Já há um ministro que ousa aumentar o preço do pão duas vezes por semana.

E, os consumidores irão consentir passivamente, em dois roubos, deixar-se roubar duas vezes em menos duma semana?

## REVULSIVOS

Tenho a molestia do sono.

Não há dormir que me faça.

Ando, há tempo, feito moço.

Dormio só por toda a parte.

Como dorme um cão sem dono.

E' andado que anda agora.

(Segundo os nos jornais)

Por todo esse mundo fora.

Adormecendo os mortais.

Como a um boi que puxa a norra.

Tanto dorme me aborrece.

Se bem que o corpo, deitado.

Resista a fome e parece.

Que, a quem dorme esmoreado.

Comida alguma apetece.

Quem sabe lá se este andado.

E' obra da Providência.

Contra a farsa que eu passo.

Um castigo ou penitência.

Das grandes jejuas que eu toco.

Sinto-me, quasi, um aborreo.

Já durmo em pé pela rua.

E vou vendo o caso toro.

Pois, se isto assim continua.

Quem dirá acordar morto.

José BENEDY

O. G. T.

Conselho Confederal

Reine amanhã, pelas 20.30 horas, para se ocupar da situação de A Batalha, devido à constante apreensão que lhe é feita, e outros assuntos pendentes.

Conferência Internacional do Trabalho

GENEVA, 17.—Inaugurou-se nesta cidade a 3.ª conferência internacional do Trabalho, com a presença de representantes de 33 nações.

## O REVERSO DA MEDALHA

## O tracasso da politica violenta de Mussolini

O ditador italiano pede a demissão—consequencias do atentado contra o socialista Matteoti

A politica de violencia que os fascistas têm feito em Italia está dando os seus frutos. Conseguiram os fascistas ganhar-se ao poder, mercê de toda a espécie de crimes, desde a agressão individual ao assassinato, desde o assalto ao incêndio, Mussolini, no alto desta onda de imoralidade e de crime. Aproveitou o crime do loggione em discursos, fez d'elle uma instituição nacional. As classes conservadoras, fecharam os olhos do sangue que tingia as mãos do ditador italiano, ergueram-no mais alto, firaram d'elle o senhor da Italia. O rei curvou-se ante o seu poder—solidarizou-se com o crime. Mussolini sentia-se bem no poder, começou a gostar do mando. Porém, as suas palavras de incitamento à violencia não haviam esquecido e os seus partidários proseguiram na mesma senda sangrenta. A sua ultima grande barbaridade, foi o rapto seguido de assassinato do deputado socialista Matteoti, que mais enérgicamente atacava no parlamento a politica fascista.

Não houve forma de se occultar que o crime fora praticado pelos fascistas. Uma viva repulsa e forte denunciação caiu sobre os fascistas, amingando Mussolini. Foi o desprestígio. Esse homem que se julgava de rocha, tremeu. A sua politica de violencia acaba de ferir-lo de recolcho, amanhã poderá matá-lo.

## As consequências dum crime fascista

ROMA, 17.—Complica-se a situação por motivo do assassinato do deputado socialista Matteoti.

O Presidente Mussolini informou o Soberano ao regressar este a Espanha da situação politica.

O conselho de ministros reunido ontem à tarde deliberou demitir o director geral da policia de Roma.

A autoridade judiciaria continua nas suas investigações acerca do assassinato do deputado Matteoti. Entre os já detidos encontra-se o sr. Filippelli, director do «Corriere Italiano».

Por proposta do sr. Mussolini foi o sr. Federzoni ministro das Colónias nomeado para a pasta do Interior, assumindo o sr. Mussolini a pasta das Colónias interinamente.

## O ministério pede a demissão

BERLIM, 17.—Um comunicado de Roma diz que todo o gabinete italiano acaba de apresentar a demissão ao Presidente Mussolini por motivo do caso do deputado Matteoti, deixando ao Presidente Mussolini a livre faculdade de se substituir.

O mesmo comunicado acrescenta que é quasi certo que o Soberano ratificará a sua confiança ao gabinete, dando-se apenas a substituição do ministro do Interior já effectuada.

## A demissão de Mussolini

ROMA, 17.—A noticia da demissão de Mussolini causou profunda impressão nesta cidade. O motivo da demissão do chefe do governo italiano foi o assassinato do deputado socialista Mat-

teoti que foi cometido segundo se supõe por fascistas. O sr. Mussolini verbou acerbamente o crime cometido tendo declarado aos jornalistas que tinha ordenado rigorosas providencias policiaes para que fossem descobertos os assassinos que fossem quem fossem e qualquer que tivesse sido o pretexto do seu acto seriam exemplarmente castigados. Depois das ultimas votações da Câmara a demissão de Mussolini toma um aspecto de enorme gravidade politica. Nos circulos bem informados esperase contudo que o sr. Mussolini desista do seu pedido de demissão.

Em varias cidades grande numero de operários têm continuado a declarar-se em greve como protesto pelo assassinato do sr. Matteoti.

Nos meios fascistas também é grande a indignação motivada por aquele acto possivelmente praticado por elementos exaltados do partido.

## Fala-se num ministério de concentração

ROMA, 17.—Fala-se na constituição de um grande ministério de concentração. O sr. Federzoni seria nomeado ministro do Interior, o sr. Mussolini seria ministro interino das Colónias. O sr. Debono director geral da segurança seria demittido indo desempenhar esse logar o prefeito de Trieste.

## Um «complot»?

ROMA, 17.—Descobriu-se em Belgrado um «complot» para assassinar o presidente Patchitch. A policia effectou bastantes prisões encontrando-se entre os detidos alguns vultos de destaque na politica.

## A questão dos presos

## perseguições à «Batalha»

Um parecer da comissão administrativa da U. S. O. ao Conselho de Delegados e às direcções dos sindicatos

Camaradas:

Após o espantoso e sangrento episódio dos Olivais, que feriu emotivamente o sentimento popular, justo e nobre seria, por parte do governo, pôr em liberdade os operários que se acham presos por motivo das suspeitas que o carnet da policia engendra, não como sentimento de tolerância e misericórdia, que só ao criminoso, em favor caberia, mas, por um espirito elevado de justiça e ponderação que mais que obrigado e immediato se tornava ao governo dum país que sofre as influencias politicas e economicas da Inglaterra e da França.

Não o pensaram nem fizeram assim os homens da governação publica.

As liberdades do povo, os interesses e os direitos dos trabalhadores são letra morta no capitulo da legislação.

A miséria e o sofrimento continuo das mulheres e filhos dos que se acham privados da liberdade e que são como mais sofrem afinal, não fazem vibrar um único órgão sensitivo dos homens de Estado como outrora o sacrificio dos cristãos não comovia os patifreos nos circos romanos—e apesar de tudo a hegemonia de Roma baqueou.

Trata-se simplesmente de uma pertinaz e intencional perseguição à classe operária, com o pretexto de manter a ordem e o prestigio do regime, como se a ordem fosse tirania e vitupério, como se os gemidos cavos que vem do fundo das enxóvilas ou dalem da Trafaria, pudessem afinar numa hosianna de felicidade e harmonia social.

Por muito pouca extensão que se quizesse dar, da nossa parte, a essa prepotência ella é bem manifesta, por parte dos poderes publicos, e o nosso brío e consciência não pode suportá-la por mais tempo.

Não há um único motivo aceitavel, logico e necessário em favor do governo, quer no que respeita à apreensão de A Batalha, quer no que respeita às prisões e projectada deportação de operários.

Interrogadas as autoridades dizem simplesmente (passam da irritação da desculpa e atrevimento do disfarce) que é necessário dar uma satisfação aos conservadores em virtude da pressão que estes fazem. Isto é dito com reticências e com aquele jesuitismo próprio de quem não tem a noção do brío e

das responsabilidades. Próprio de impotentes, de farados, de inventores que não têm a franqueza e o desassombro de olhar de frente o rosto erguido as pessoas. Próprio do raifeiro doçilo que lamba as mãos do camiãobeiro que lhe dá a primeira cédula.

Mas então na balança da colectividade não pesar mais, por ventura, o arcaiboço baloufo, estéril, dainho de meia dúzia de conservadores ou uma imensa legião de trabalhadores em toda a actividade incessante e fecunda do trabalho, mesmo desprovidos dos instrumentos de labor?

Pode valer mais, por ventura, em favor do progresso humano, a função estética, obstinada, moldada na reminiscência sombria e vaga do passado, de meia dúzia de retrogrados que só por um fenómeno paradoxal de revolução já não têm cauda, ou o movimento ascensional dos povos oprimidos na mais requintada e ingénita aspiração de síntese moral?

Pois bem: A organização operária não pode estar sujeita ao capricho dum pigmeu funambulisista da politica nem a obesidade fedorenta dum bacalhoeiro. Deve afirmar desassombradamente a sua consciência revolucionária e a pureza do seu ideal ardente de equidade e liberdade.

Deve afirmar altivamente, não por cobardia, mas por integridade de princípios, que não deseja que se dem ateados sejam de que natureza for.

A organização pretende e activa a luta de classes, com a consciência de que só pela eliminação das classes privilegiadas conseguirá a solução do problema social a que de modo algum se atinge pela eliminação individual de quaisquer dos seus componentes que são simplesmente uma consequência do meio.

A organização operária não quer o atentado, não porque reconheça a sua fraqueza, isso representaria uma cobardia e desistência e dava lugar a supor-se que se fosse a parte mais forte mataria inexoravelmente, mas porque deseja a sua Emancipação pela expropriação económica, simultânea e rápida, da burguesia com a garantia do maior bem estar e felicidade comuns, realizando para isso um trabalho de preparação metódica e persistente que já mais que se ver deturcado.

Todavia não node recusar a sua







UM CLAMOR DE ANGUSTIA

O FASCISMO SANGRENTO

Um apelo aos militantes do mundo inteiro  
contra o brutal regime italiano

O "New Leader", de 28 de Março de 1924, publica "Um Ano de Dominação fascista", editado pelo partido socialista da Itália, expondo mais uma vez a maneira brutal como Mussolini e os seus 300.000 partidários armados, sempre prontos a matar, tratam o povo.

A série continua destes crimes foi-nos enviada numa carta que acabamos de receber do correspondente do Bureau Internacional Anti-militarista da Itália. Esta informa-nos que Mussolini age da mesma forma tanto dentro como fora do país, quando pensa poder alcançar uma vitória fácil e brutal.

Os "camisas negras" têm tratado sem piedade nem compaixão as tribus árabes da Líbia e da Tripolitânia.

Não se pode saber a verdade completa; a imprensa não pode publicar senão comunicados governamentais. O governo exerce a censura mais severa sobre os indivíduos, e proíbe à imprensa de publicar notícias que não sejam autorizadas por ele.

É com grande custo que se consegue ler qualquer comunicação de camaras milícia fascista, e estas custam grande quantidade de dinheiro ao povo.

Com referência aos que foram presos por ocasião do conflito greco-italiano (Góris) alguns foram libertados por uma amnistia; outros foram enviados para os regimentos disciplinares. Uma instituição particularmente terrível na Itália, porque o tempo que ali se deve permanecer é limitado.

Toda a liberdade de reunião e de imprensa continua a estar suprimida na Itália. Parece-vos-lhe incrível que a nossa correspondência particular seja vigiada de perto, e que se chegue a descobrir alguma coisa, a prisão, senão a morte, nos espera.

Nunca houve uma tal reacção na Itália. O povo passa actualmente os dias mais angustiosos da sua história. Bóias de trabalho, escritórios de redacções, casas do povo continuam sempre a ser incendiadas, e as organizações operárias, a serem suprimidas de todas as formas.

Vivemos uma vida indigna, sob uma opressão ignóbil. Os melhores camaras estão na prisão; alguns, que partiam da Itália estão em segurança. Muitos gozam, o repouso eterno!

Até, nas nossas casas, não estamos expostos a toda a espécie de violência: não há muitos dias que um bando de desalmados veio a minha casa (sabendo que nela havia reuniões) ordenando-me que acabasse com toda a propaganda, sob pena de incêndio e de ameaças obscenas.

Não nos queixáramos disso, se as nossas mulheres e os nossos filhos não estivessem expostos aos mesmos perigos. Mas ficas certos que nenhuma ameaça, nem mesmo a ameaça de morte, pode abalar as nossas convicções.

Certamente, a nossa dor encontra um lenitivo nos acontecimentos que se preparam a nosso favor. O povo italiano cala o nosso miséria. Ela será certamente seguida duma revolta.

O novo tem aprendido muito com o governo actual, consequência do capitalismo e da indústria nacional reaccionária; ele apercebe todos os dias, que ganha muito pouco para satisfazer as suas necessidades, e assim, tomará todas as medidas para conquistar a sua liberdade.

Camaras internacionais, a história designa-nos um grande dever. Dizei ao estrangeiro o que é o fascismo: a forma de governo mais perigosa, que usa a máscara dos interesses sacrosantos da pátria, e sob os quais se ocultam o imperialismo e o militarismo abjectos!

Tornai conhecido que todos os dias o sangue corre na Itália; gritai bem alto que os operários italianos sofrem uma escravidão indigna; fazei com que o governo italiano não alcance sucessos diplomáticos, porque assim o seu poder estabiliza-se.

Isolai o governo "neriano" de Mussolini, em nome do proletariado mundial.

Deve-se evitar sucessos internacionais diplomáticos à Itália, para assim nos libertarmos do tirano.

Por isso, sob o ponto de vista revolucionário, não se pode agir pior que o governo russo, por exemplo, que, pelos seus tratados com a classe governante da Itália, consolidou a posição de Mussolini.

Todavia, não é para admirar que os governos actuais segundo a sua própria natureza de governos.

Mis o que é surpreendente, é que o proletariado mundial fique deste modo passivo, em frente dos Mussolinis e da sua troupe.

Em nome dos nossos camaras martirizados na Itália, fazemos um apelo à opinião pública internacional, e perguntamos-lhe se ainda não é tempo de pôr fim a estas práticas, por meio de medidas internacionais.

Pelo "Bureau" Internacional Anti-militarista.

J. GISEN.

TEATROS & CINEMAS

Coliseu dos Recreios

Tuna Académica de Lisboa

Depois dos Orfeões de Lisboa e Coimbra, a Tuna Académica de Lisboa a que o talentoso compositor Ivo Cruz deu a sua direcção, embora neste concerto do Coliseu não tivesse podido comparecer, sendo substituído por Rodrigo de Freitas, que manifestou óptimas qualidades de director.

É muito lisonjeiro que estejamos assistindo a uma época de incremento musical entre a mocidade das escolas, a quem um período de estagnação de anos tem reduzido a um lamentável silêncio.

A Tuna Académica de Lisboa tem uma feição acentuadamente popular e isso nota-se bem nos trechos que executou. Será boa orientação? Talvez. Mas parece-nos que não seria mau que o seu regente escolhesse música de certa dificuldade e cotação universal, ainda que não ignoremos que uma tuna, pela sua constituição excepcionalíssima, não se presta a grandes execuções. Para isso já estão as orquestras e os orfeões.

Simple reparo que não nos parece, no entanto, fora de propósito.

A Tuna Académica de Lisboa, nesta audição a que assistimos deixou-nos uma bela impressão dos seus valores, não se podendo dizer que qualquer em qualidade de executante, sobreveio os outros.

Não falaremos dos números executados extra-tuna, porque esses *hors-d'œuvre* têm mais um propósito que um número de espectáculo, embora não sejam justos deixando sem referência as qualidades da vocalização que possui o cantor Tomás Almeida que nos agradou inteiramente.

Duma maneira geral podemos dizer que a Tuna Académica de Lisboa se portou com certa bravura, muito própria da idade e aptidão dos seus componentes.

Nogueira de BRITO

**Festas artísticas**

Esta noite, em S. Carlos, realiza-se a festa artística do distinto actor Luis Bravo, com a única representação da graciosa comédia "Carta Anónima".

**Notícias**

Em São Carlos vão recomençar os últimos ensaios do original de João Cordeira de Oliveira e Francisco Lage, intitulado "A Verdade", que se destina à recitação de homenagem à grande actriz Lucília Simões.

— Está marcada para 20 do corrente, no Nacional, a representação da peça "Os dois garotos", de Decourcelle.

— A "manhã" sobre a cena no Apolo a peça "Malvalouca" dos irmãos Quintero que sendo uma obra de sentimento e ternura, é também uma comédia da actriz Maria Matos.

**Recências**

Depois duma forçada interrupção prossegue amanhã em S. Carlos a emocionante peça de Bernstein, "Depois de mim". (Après moi...)

É a primeira recência da moda que se realiza com a interessantíssima peça.

— A "nda" hoje, no Eden, vai a cena a revista "Fruto Proibido", peça que reúne numerosos ataques, pelas quais o público tem manifestado extraordinário agrado. "Fruto Proibido" vai retirar de scena, em pleno exhibit, visto estar para subir a scena a revista "Luz Nova".

— No Apolo vai caminhando em verdadeira maré de rosas a genial comédia "O Comissário de Polícia" em que Silvestre Alegria com o "Pigmalião Sereno" é impagável de graça.

**CARTAZ**

S. CARLOS — A 21 — "Carta Anónima" TRINDADE — A 21 — "Papa, Lebonard".

POLITEAMA — A 21 — "Guerra em tempo de paz".

APOLLO — A 21 — "Malvalouca".

EDEN THEATRO — A 21 — "Fruto Proibido".

AVENIDA — A 21 — "Paris".

MARIA VITORIA — Não há espectáculo.

GIL VICENTE — A 21 — "Dois Sargentos".

OLIMPIA — A 20, 20, 20 — "Animatográfico".

SALAO POZ — A 21 — 21, 21, 21 — "Variedades".

CHIADO TERRASSE — A 21 — 21, 21, 21 — "Animatográfico".

CONDESA (Avenida) — "Animatográfico".

CINE-PAZ (Rua Ferreira Borges) — "Animatográfico".

REAL (Largo) — "Animatográfico".

CINE ESPERANÇA — "Animatográfico".

ROSSIO (Arco Bandeira) — "Animatográfico".

CHATEAU (Praça dos Restauradores) — "Fitas faladas".

AVENIDA — PARQUE — (Antigo Parque Mayer) — Recreios e diversões. Concertos de música de sala.

PROMOTORA (Largo do Calvário) — "Animatográfico".

EDEN-CINEMA (Rua do Alentejo) — "Animatográfico".

A Fabrica Nacional de Vidros

da Marinha Grande

passará para a posse da Câmara Municipal daquela vila?

A já magna questão da venda da principal fábrica vidreira parece entrar agora numa fase de solução, se os desejos da população da Marinha Grande não forem protergidos, como invariavelmente sucede.

Já anteriormente fizemos referência a um projecto que acaba de ser entregue aos poderes constituídos e pelo qual a população daquela laboriosa vila pautaria a atitude mais lógica e consentânea com o espírito de justiça e equidade.

Resta haver uma mediana inteligência de quem superintende ao assunto e o pleito cessará. Em caso contrário, o muito possível que da sua irritabilidade surja um conflito cujo epilogo será difícil prognosticar.

Mas vamos analisar o projecto antes de mais nada.

A Batalha, que tem nesta questão uma missão muito delicada, não marca com a desenvoltura do noticiário sobre o caso mais do que o desejo de bem servir os interesses do operariado em especial e em geral do povo de Marinha Grande, quando eles se harmonizam com a índole deste jornal, alheio a interesses de clientela ou a "chantages" jornalísticos.

A perda da fábrica "A Nacional", o primeiro estabelecimento vidreiro para a economia nacional, não é assunto primordial para uma folha que cotidianamente escarpela acrimiosamente essa quimera só agitada em prejuizo do operariado. Mas é que o desaparecimento da "Nacional", além de traduzir um autêntico roubo, provoca a concomitante *chamagne* entre o proletariado vidreiro, arrastando-o para uma situação, em que certamente a virtude sairá pela janela.

No caso presente A Batalha pela mesmíssima razão não afirma a sua concordância com o gesto que o povo marinhoteiro tomou como tampouco lhe dá o seu voto discordante. Limita-se a defender a "outrance" os direitos do povo simplesmente.

O projecto que, como dissemos foi entregue ao ministro do Trabalho é extenso não nos permitindo a falta de espaço publicá-lo na íntegra. Nêle se advoga em contraposição aos desejos do sr. Lima Duque que a fábrica seja entregue à Câmara Municipal da Marinha Grande.

Moralmente é de todo o ponto justo. Dada a esta vila, por direito próprio só ela deve dispor dos seus destinos. Reconhecidas as incongruências e pre-

crise de trabalho

nas classes marítimas

Reúnem a assembleia geral extraordinária dos marinheiros e moços da marinha mercante, para apreciar a situação do desembarcado, sendo aprovada nesse sentido a seguinte moção:

«Considerando que há anos a esta parte os marinheiros e moços vem lutando com uma crise de trabalho, isto por ter aumentado consideravelmente a oferta de braços;

«Considerando que, durante e depois da guerra um grande número de criaturas, pertencentes a outras profissões, e, portanto, estranhos a este mister, tem embarcado em prejuizo daqueles que não conhecem outra profissão que não seja a de marítimo;

«Considerando que casos lamentáveis se continuam constando, por não haver o máximo esculpiu da parte de alguns oficiais, pois que, por vezes, admitem pessoal estrangeiro, deixando em terra o devidamente profissional por este não apresentar cartas de empenho;

«Considerando que há necessidade, não só para interesse dos marítimos, como da própria marinha mercante, de moralizar tanto quanto possível, os serviços de bordo, seleccionando o pessoal estrangeiro e aliado aquele que não cumpra com os seus deveres morais e profissionais;

«Considerando que é uma humilhação para quem anda, pedindo, de chapéu na mão, servindo-se de empenhos para embarcar, e, deprimente, para os que, constantemente, se veem fatigados com tantos pedidos;

«Considerando finalmente que este estado de coisas carece de uma solução que a todos satisfaça, de molde a que todos trabalhem, acabando-se de uma vez para sempre com questões meaglinhas que a ninguém interesse quer de baixo quer de cima;

«Considerando ainda, que os sócios desta Associação devem ser os primeiros a dar o exemplo, não pedindo logares a bordo nem embarcar sem ser por intermédio da Associação, levantando assim o moral da indústria de que fazem parte;

«Os cineastas, marinheiros e moços, reúnem, no seu máximo número, resolvem:

1.º — Organizar, como preceitua a alínea b do art. 3.º do Estatuto «uma inscrição de pessoal, desembarcado e devidamente profissional onde os oficiais requisitarão os seus tripulantes»;

2.º — Os sócios serão inscritos por ordem de desembarque e de igual modo obterão colocação e nas seguintes condições: — a) Todos os sócios desembarcados devidamente profissionais mudos das respectivas cédulas se devem inscrever na Associação até ao dia 30 de Junho para efeitos de embarque; — b) Os sócios por este meio ficam habilitados a procurar logares a bordo ou embarcar sem ser por intermédio da Associação e aqueles que o fizerem ficam sujeitos ao regulamento interno; — c) As chamadas efectuar-se-ão todos os dias úteis, às 18 horas, na sede da Associação, e aqueles que faltarem, as chamadas 5 vezes, passarão a retaguarda de todos, exceptuando-se os que estejam doentes, na vida militar, internos ou nas suas terras, sendo estes últimos, avisados, por carta ou telegrama, sempre que estejam na sua altura para embarcar; — d) A Associação não importará tripulante algum, respeitando-se assim o parágrafo único do art. 498.º do Código Comercial;

3.º — As transferências admitir-se-ão sempre que não redundem em prejuizo da classe;

4.º — Os sócios que se provêr que a bordo não cumprem com os seus deveres morais e profissionais, não serão inscritos na lista dos desembarcados, podendo ainda ser irradiações, como determina a alínea c do art. 9.º do Estatuto;

5.º — Dar-se conhecimento destas deliberações, por intermédio de anúncios nos jornais, aos sócios que se encontram na província, para que os mesmos se inscrevam na Associação conforme alínea a) do n.º 2.º desta moção;

6.º — Oficiar aos Armadores comunicando-lhe as resoluções tomadas, como a todos os capitães à medida que vão chegando a Lisboa e bem assim às Associações dos mesmos, enviando-se-lhe cópia da moção aprovada;

7.º — Esta moção entra em vigor no próximo dia 1.º de Julho.

Mais resolver, que todos os sócios que estejam atirados em mais de 6 meses de cotas sejam eliminados, só podendo ser readmitidos os que provem ter mais de 6 meses de embarque.

Agenda de A BATALHA

CALENDÁRIO DE JUNHO

D.	1	8	15	22	29	HOJE O SOL
S.	2	9	16	23	30	Aparece às 5,12
T.	3	10	17	24		Desaparece às 20,04
Q.	4	11	18	25		
Q.	5	12	19	26		
S.	6	13	20	27		
S.	7	14	21	28		

MARÉS DE HOJE

Fraamar às 3,26 e às 3,51  
Baixamar às 8,56 e às 9,21

CAMBIO

Países	Moedas	As por	Conten
			Comp. Venda
Alemanha	Marco	425	
Austria...	Corão	61,9	
Belgica...	Francos	17,8	1,870
Escots...	Libras	167,8	1,870
Espanha...	Libras	167,8	1,870
U. A. A.	Dólares	85,4	2,820
Francia...	Francos	17,8	1,870
Holanda...	Libras	167,8	1,870
Inglaterra...	Libras	167,8	1,870
Italia...	Libras	167,8	1,870
Suica...	Francos	17,8	1,870

MOVIMENTO MARITIMO

Vapores e destinos

Vapores	Destinos	Data
«Pedro Gomes», portos de Africa		18
«Gelria», portos do Brazil e Argentina		18
«Mosela», Southampton, Rotterdam e Hamburgo		18
«Ussamara», para Liverpool		18
«Wagon», Leixões, Vigo, Cherbourg Southampton e Amsterdam		18
«Alberia», para Bremen		18
«Evans», portos do Brazil e Argentina		18
«Crefeld», portos do Brazil e Argentina		18
«Beira», para os portos da Africa Oriental		18

CINIMA

TINTA DE ÁGUA

FABRICO DA COMPANHIA INDUSTRIAL DO NORTE

Agente de venda:

Dias & Pinto Lopes, L.

75, R. Passos Manuel—Porto

A venda em Lisboa:

João Nunes dos Santos

R. do Mundo, 106

Pedras para isqueiros

Legítimo metal Auer única privilegiada e acreditada universalmente por ser a que faz melhor isqueiro e que tem maior duração.

Dúzia 60 centavos (incluindo com as entregas)

Venda aos centos e aos milhares, assim como isqueiros, rodinhas, lâmpadas e lanternas, aos melhores preços para revenda.

Depósito: Rua do Arsenal, 80—LISBOA

Pedras para isqueiros

Metall Auer, assim como rodinhas e lâmpadas, tubos, moedas, chaminés de 2 e 3 peças, tampões. Vendem-se no Largo do Conde Barão, n.º 55.

Dirigir pedidos a Francisco Pereira Lata. (E' a casa que fornece em melhores condições)

Ourivesaria - Joalheria

SANTOS CATITA, L.

Rua Eugénio dos Santos, 44

Rua da Boa Vista, 22

Grande sortido em cordões, cadeias, anéis, brincos, pulseiras, etc., etc. em ouro de nova lei.

Compram aos melhores preços ouro e prata para derreter.

Dentes artificiais

a 2500.—Obturações a 2500.—Extrações sem dor a 1500.—

Das 11 às 13 no consultório de

MARIO MACHADO

da Escola Dentaria de Paris

Chiado, 74, 1.º Tel. C. 418

LIVRARIA RENASCENÇA

Obras literárias, científicas, profissionais e artísticas de autores portugueses e estrangeiros.

Trabalhos tipográficos, cartões e livros de escurituração, mapas de escurituração, mapas de descaída de cotas e do marinhoteiro para Sindicatos, Cooperativas, Comissões, Juventudes, etc.

Grande sortido em material escolar, artigos de papelaria e escuritório, todos aos preços mais baixos do mercado.

A grandiosa obra de Vitor Hugo, «OS MISERAVEIS», ilustrada por assistentes, tomos e encadernada com capas especiais em 2 grandes volumes e duros, acedendo a 50% de porte o embalagem para a província.

Sempre novos artigos e novidades literárias.

Joaquim Cardoso

Rua dos Poiais de São Bento, 27 e 29

LISBOA

A BATALHA NA PROVINCIA E NOS ARREDORES

Olhão

A luz eléctrica

OLHAO, 15. — Encontra-se finalmente a luz eléctrica, uma vila alumiada a electricidade. A luz eléctrica, que toda a gente julgava não passar duma utopia, começa a ter a sua realidade. Será bom e útil, que a companhia não descure por muito tempo a iluminação nas duas restantes zonas, tanto mais que a luz mostra ser óptima e agradável a toda a gente.

A Batalha aprendida

Ontem a excelente autoridade administrativa que temos nesta vila, deulhe na gana, a exemplo doutros partes para aprender A Batalha.

E desta forma, sem que explicas as razões do seu procedimento, cometeu um roubo de 50 exemplares do jornal ao agente R. bto, sim! Porque ao agente não foi restituído o dinheiro correspondente aos números aprendidos, e de que ele tem de dar conta.

A solidariedade operária

Para hoje está combinado, por intermédio da U. S. O., um passeio de confraternização operária e de recreio aos filhos das grevistas de Silves. Por esse motivo as mesmas visitarão vários arredores da vila.

Consta-nos que aquele organismo pensa em promover uma festa em benefício da mesmas crianças. — C.

Peniche

O delegado do governo ao lado dos armadores

PENICHE, 16. — Chegou a esta localidade um delegado da Federação Marítima para tratar da organização da associação marítima desta localidade.

Os armadores mal souberam da sua chegada procuraram desmorte os marítimos usando para isso de vários truques e espalhando multoivamente vários boatos. Como subentender que os marítimos tinham conseguido a cedência do Salão Cinema para dar uma reunião, um deles, que é uma espécie de Afonso Costa desta terra, visto ser o «posso, quero e mando» procurou o delegado do governo para lhe impôr a sua proibição.

O delegado do governo transigiu, submetendo-se vergenhosamente aos armadores e proibiu a reunião. Não se importou em reflectir que essa proibição significava um flagrante desrespeito pelas leis, uma injustiça e uma afronta à classe marítima.

Seria melhor que estas autoridades se occupassem de coisas de importância em vez de cometerem continuas tolices e violências.

A cadeia desta terra se está limpa foi levado ao delegado da Federação Marítima terido chamar dois homens em arreigados da limpeza e pagando-lhes.

Foi arrancada muitíssima imundície isto não haver retores e os presos sem forçados a fazer as suas necessidades no solo.

Isto nem parece uma vila: todas as ruas constituem autênticas pocilgas, hospital não existe: há uma casa de saúde chamada misericórdia que é só para quem dize de comilões, os outros queiram ir para lá têm de pagar escudos.

A autoridade a cepa a este respeito...

Vila Franca de Xira

A exploração desenfreada dos lavradores

VILA FRANCA DE XIRA, 16. — Os lavradores desta terra são gananciosos e exploradores a ponto de cometerem todos os crimes só para fazerem fabulosos lucros.

Os trabalhadores rurais não se mostram na disposição de irem trabalhar para as ciras com os salários irrisórios que auferem, e já fizeram sentir aos lavradores o salário mínimo que reclamavam.

Os lavradores dizem abertamente que preferem lançar fogo às searas, a fazer os rurais os salários que estes reclamam.

A propósito da atitude incorrecta dos lavradores merece recordar-se a atitude do lavrador João Reis no ano transacto, que quando o seu abegão o avisou de que se não pagasse maior salário aos rurais arriscava-se a perder os trigos o lavrador respondeu-lhe que não tinha pressa de fazer a debulha porque no fim das debulhas em casa dos seus colegas ele podia fazer a dele mais barata.

Essa atitude acarretou-lhe um prejuizo de 20 contos.

Este lavrador a quando das ceifas da lava preferia lançar-lhe aos porcos os deitar-lhe o fogo, a pagar mais de 20 escudos aos ganadineiros especialmente aos desta vila.

O sindicato dos rurais reuniu tendo protestado contra a atitude dos lavradores. Na mesma reunião foi lavrado um protesto contra as apreensões à Batalha, e resolvido reclamar a libertação dos presos por questões sociais.

Extremoz

Propaganda anti-alcoólica

EXTREMOZ, 14. — Realizou-se nesta localidade uma sessão de propaganda naturalista e anti-alcoólica, fazendo uso da palavra Manuel F. Rodrigues, que anda em viagem de estado e propaganda.

O orador, que falou cerca de duas horas, referiu-se aos perigos do álcool e do tabaco e outros vícios que são a causa do atrofamento da humanidade, aconselhando os trabalhadores a abandonar esses vícios, procurando instruir-se nas bibliotecas e filiar-se nos seus sindicatos profissionais para reivindicar o seu bem estar e de todos os seus.

MENSTRUACÃO

Usam Ferri-Apiol

MEDICAMENTO de uma acção rápida e segura em todos os casos de desaparecimento das regras menstruais. O único que garante ser inteiramente inofensivo. Preço 15000; pelo correio mais 1000. Depositários: Costa, Costa & Cunha, Lda., Largo D. Estefânia, 4 e 5—Lisboa.

LIMAS

As melhores são as de União. Tome Feltreiras, Vieira de Leiria, Pedra e todas as lojas de ferragens e ferramentas. Preço 25000.

MARCAS REGISTRADAS

para camisas e calças.

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União

União



